
DE UMA EUROPA DÉBIL A UMA EUROPA FORTE
UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DA PAZ

DE UMA EUROPA DÉBIL A UMA EUROPA FORTE

UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DA PAZ

Introdução

A Europa é, actualmente, um tema em voga. Falar do Mercado Comum, da Integração Europeia ou do Conselho da Europa são temas que vão estando na boca de todos.

Mas, de que Europa se fala? Da económica, certamente! Será esta, porém, a sua única dimensão?

Que resta da Europa para além de um certo poder económico? Não se identificará este com a sua «grandeza»?

Será que o modelo de sociedade que progressivamente se impôs desde os fins dos anos 40, corresponde às nossas motivações mais profundas?

Sará ele capaz de constituir o elemento catalizador de uma vontade adormecida em vista de um projecto de unificação pelo qual lutaram europeus como De Gasperi, Schuman, Adenauer, Monnet ou Spaak?

Serão as contradições com que se debatem as sociedades europeias sintoma revelador de uma desagregação iminente e inevitável?

Conterão os sistemas democráticos, na sua actual forma e enquadramento nacional, a força interna necessária e suficiente para uma resposta aos desafios que se lhes deparam na ordem interna e externa?

Numa palavra, terá a actual Europa Defesa possível?

Estas algumas das questões fundamentais que se colocam hoje aos europeus e sobre as quais nós, portugueses, e em particular os jovens, não podemos deixar de reflectir, em tempo de adesão à Comunidade Económica Europeia.

Longe de nós a pretensão de uma análise política e sociológica exaustiva e inatacável.

Pretendemos tão-só trazer a este debate, que a todos diz respeito, o contributo singelo de quem vive com intensidade e empenhamento profundos as incertezas e as esperanças do tempo presente.

I

«WELFARE STATE» E SOCIEDADE DE CONSUMO

Vai longe o tempo em que falar da Europa era falar do Mundo. Hoje, estamos restringidos àquela plataforma originária desse «mundo europeu» que construímos ontem. A Europa já não é o mundo mas sim uma sua parcela. Todavia, uma parcela com responsabilidades a assumir na evolução da civilização mundial.

Estaremos a assumir esse papel que nos cabe por dever?

Desde há muito que a Europa vagueia em busca de um sentimento que lhe falta, a fim de constituir um elo aglutinador das diversidades político-sociais que a enformam.

Da perda da unidade espiritual e temporal aquando da Reforma, resultou o desaparecimento desse elo aglutinador e a consequente desagregação da Europa numa pluralidade de Estados, galvanizados pelas teses de Bodin, pai do Estado-Nação dos nossos dias.

As inevitáveis guerras civis europeias que se seguiram, trouxeram como consequência, para além das já divulgadas perdas, o quase desaparecimento de um sentimento de identidade europeia, ponto de partida que deveríamos tomar nos nossos dias, a fim de dar consistência à incipiente união económica que conhecemos.

Para que não percamos a noção da nossa realidade e para que, consequentemente, saibamos traçar o rumo certo a seguir, é bom que tenhamos presente o facto de que as actuais tentativas com vista à união da Europa são mais a consequência de necessidades circunstanciais do que, ao contrário do que muitos supõem e afirmam, da consciência de um sentimento de identidade europeia que houvesse condicionado, de fundo, a necessidade de uma união de facto.

Ela não deixou, porém, de estar presente no pensamento de alguns dos líderes políticos que estiveram na base do lançamento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, da Comunidade Europeia de Defesa, da Comunidade Económica Europeia e da EURÁTOMO, embriões duma futura união política que sentiam imprescindível.

Após consecutivas e longas disputas internas que tiveram por desfecho a última Grande Guerra, a Europa pouco tempo teve e pouca disponibilidade encontrou para pensar em si como colectividade, como um todo, ainda

que diversificado. Ela como que se deixou adormecer nos braços de uma tradição, alicerçada num passado rico, que ia consumindo vorazmente como últimas reservas.

Foi esse mesmo passado que altivamente foi erguido diante do contínuo e espectacular engrandecimento desse portento além-Atlântico, não querendo aquela ver a ultrapassagem iminente que já se adivinhava.

A política de desdém e desprezo pela nação americana engoliu-a a Europa ao constatar que foi graças a esse parente afastado que ela pôde continuar no seio da família das nações livres.

Foi, sem dúvida, para a Europa um golpe psicologicamente rude. De tal modo que quase sem se dar conta, passou de uma posição de desprezo e autoconvencimento para uma posição de idolatria e subordinação.

A Europa que se seguiu à Guerra, tudo importou sem cuidar da preservação da sua identidade própria, da sua personalidade, da sua maneira de estar no mundo.

Maravilhados com a produção em série, a «standardização», as técnicas de «marketing» e o «management» à americana, os europeus não se deram conta de como estavam a subverter valores e princípios caros à sua própria história civilizacional.

Ao importarem todos estes modelos, estavam, sem dúvida, a fim de se tornarem mais ricos do que nunca, estando todavia, também, a criar as condições angustiantes próprias a quem trabalha condicionado a um modelo que não é o seu.

No entanto, a aplicação correcta do modelo americano só poderia funcionar caso existisse um grande «campo de manobra»; uma economia «à americana» só se fortalece com um vasto mercado de consumidores.

A união económica da Europa entrava em gestação.

A necessidade da criação de uma barreira eficaz ao avanço soviético, a imperiosidade de uma união onde se esbatesse e diluísse o perigo do renascimento do nacionalismo alemão e a criação de um grande mercado de escoamento de produtos, constituíram três das razões que levaram os Estados Unidos da América a executar o gigantesco plano de auxílio financeiro à Europa — o Plano Marshall —, e a incentivar a união dos Estados Europeus numa comunidade económica.

Estes, e não outros, foram os factores determinantes que condicionaram as várias tentativas de união levadas a cabo. Nunca por detrás destas esteve

presente, de uma forma acentuada, a consciência do absurdo que constitui a pluralidade de Estados numa Europa onde existem costumes, cultura, história e direito comuns.

Bem elucidativa disso é a opção tomada pelos diversos governos dos Estados Europeus que se esforçaram no sentido de uma certa união, em relação ao método de unificação a seguir.

Em vez da tese federalista — ou constitucionalista — que pugnava pela eleição por sufrágio universal de uma Assembleia Constituinte Europeia, optaram pelo método funcional — ou institucional — advogando neste sentido o facto de «ser mais seguro obter o abandono do poder de um Estado em favor de uma instituição supranacional, quando esse abandono se relaciona simplesmente com um domínio concreto (...)».

O resultado de tal opção está à vista.

A Europa política não existe e a Europa económica é vítima de ter sido criada com base em factores estranhos a um real sentimento e consciência de unificação, condição necessária à exteriorização de uma vontade política consequente.

De «União Europeia» resta-nos hoje aquilo que mais não constituiu que um tímido passo: a Comunidade Económica Europeia, comumente denominada e conhecida por «Mercado Comum».

Comunidade esta, pela qual os diversos governos europeus que a integram sentem mais o substantivo «mercado» do que propriamente o adjetivo «comum». Tal facto deve-se tão-somente à perspectiva economicista já referida, que presidiu à sua formação.

Esta perspectiva identifica-se com o modelo herdado do nosso «chefe de família», outrora o parente afastado.

É um modelo virado para o crescimento económico ilimitado a fim de proporcionar um nível de vida sempre evolutivo. Só que, neste mundo de hoje, nível de vida e qualidade de vida não andam forçosamente de mãos dadas.

Se, actualmente, é lícito afirmar que os europeus são mais ricos do que nunca, será igualmente lícito dizer que são mais felizes do que nunca?

A qualidade de vida não se mede por índices como os de consumo de energia, produção industrial, número de carros por habitante, produto nacional bruto, produção agrícola, etc., os quais mais não são que expoentes de actividades e não de satisfação, exprimindo um tipo de economia condicionada pelos desejos dos produtores e não pelas necessidades dos consumidores.

Ao contrário, a qualidade de vida mede-se sim por índices de delinquência, índices de consumo de tranquilizantes, estimulantes e antidepressivos, índices de consumo de álcool, tabaco e estupefacientes, índices de psicoses, neuroses e suicídios ou ainda índices de absentismo, divórcios e de participação cívico-política, entre tantos outros factores igualmente denunciadores da saúde e bem-estar de uma Nação e de um Povo.

Usando estes índices, que qualidade de vida encontramos nos países submetidos ao modelo económico que enquadra a actual Europa?

Os números falam por si; as estatísticas revelam-se aterradoras.

Vivemos sob um modelo que não é o nosso. Num enquadramento que se não adequa a esta realidade histórico-civilizacional que somos.

O tipo de economia de teor produtivista que entre nós se implantou vai de encontro àquilo que mais temos de precioso e que mais nos caracteriza como povo.

Uma economia baseada na multiplicação desenfreada das riquezas materiais que olha o homem como um ser «produtor-consumidor» é anti-humanista, destruidora do homem europeu. Torna-o um ser sem ideais, passivo e standardizado, cujo dever se vê reduzido a um esforço para ir cada vez mais longe na via do consumo.

Tratando tudo e todos como uma mercadoria, este modelo antieuropeu, «coisifica» o homem e diviniza as coisas, estando-nos a transformar radicalmente, descaracterizando-nos, desenraizando-nos da nossa cultura, da nossa génese e do nosso «habitat» tradicional.

O europeu do pós-guerra materializou-se, deixou-se cair na poltrona, vendo televisão e consumindo cerveja.

Tendo cada vez mais, mas sendo cada vez menos.

Da materialização do nosso quotidiano tem resultado o entorpecimento dos nossos ideais e da nossa vontade de estar no mundo de uma forma personalizada, colectivamente sentida e organizada.

Esta sociedade consumista que tem conferido à Europa um bem-estar assaz considerável poderá, mais cedo ou mais tarde, ser a causa da sua própria ruína.

O europeu tende a isolar-se, a fechar-se na área limitada dos seus interesses egoístas, canalizados quase exclusivamente para a corporização de falsas necessidades, perdendo, à medida que «avança», um espírito colectivo e de solidariedade transpessoal naquilo que o une e nos une em volta da realidade histórico-cultural que é a Europa.

A Europa está a afogar-se no desafogo material que tem vindo a conhecer. Está a adormecer num falso bem-estar que a vem corrompendo. Numa palavra, a Europa torna-se progressivamente indefensável.

É, pois, inevitável que nos inquietemos e nos interroguemos sobre o futuro do nosso continente.

Os europeus encontram-se confrontados com uma situação interna de relativa debilidade, em termos de mobilização de vontades e de funcionamento adequado do sistema democrático e com uma situação externa em que avulta uma forte dependência em relação à nação americana, no quadro dos diversos vectores que integram a defesa nacional.

Que soluções se têm procurado?

Em que sentido se orientam as inquietações da juventude europeia de hoje, à qual caberá dirigir os destinos do continente no dobrar de um novo milénio?

II

A JUVENTUDE E A CRISE

Um sintoma de crise detectável nos países da Europa Ocidental e que marca um momento de debilidade das estruturas democráticas, consiste na dissintonia que tem tendência a verificar-se entre governantes e governados.

De facto, aqueles aparecem frequentemente como um corpo autónomo relativamente à sociedade, incapazes de expressar e veicular o sentir dos povos, mediatizada que está a sua designação por estruturas partidárias com uma lógica de funcionamento estranha aos interesses daqueles que deveriam representar.

Por isso, não raro acontece que o cidadão encare a política como um jogo de regras pouco claras cujo controlo inteiramente lhe escapa e que ele é tão-só chamado periodicamente a legitimar através do seu voto.

Este fenómeno, em certa medida causa e consequência da «ideologia do consumo», leva a um perigoso alheamento de estratos significativos da população, designadamente os jovens, em relação à gestão da coisa pública, com os reflexos negativos que facilmente se descortinam em termos de uma eficaz política de defesa.

Uma sociedade amorfa, desmotivada e anestesiada é uma sociedade indefensável.

A contestação radical das estruturas sociais por parte de grupos marginais, bem como a revolta de sectores da juventude, designadamente da juventude universitária, de que as duas últimas décadas nos fornecem alguns casos exemplares, se outras vantagens não tiveram, serviram ao menos para mostrar que, de facto, «o rei vai nu».

A contestação radical do sistema não trouxe, porém, resposta aos problemas, incapazes que foram os seus autores de esboçar um projecto de sociedade alternativa com um mínimo de autonomia.

Aliado a este vector analítico anda por vezes o pacifismo.

Importa, porém, neste domínio evitar confusões indesejáveis.

De facto, uma coisa é o falso pacifismo daqueles cujo objectivo único é enfraquecer uma só das partes de um potencial conflito; outra, bem distinta, é a preocupação legítima daqueles que estão convictos de que a paz só é possível se se quebrar a «lógica de guerra» subjacente à actual política de blocos.

Tal preocupação — sejamos claros — partilhamo-la inteiramente.

Verificamos, porém, com frequência, no seio dos grupos que se reclamam de tais ideais, uma confusão injustificada entre «lógica de guerra» e «política de defesa».

A paz não é possível sem uma política de defesa; a paz não é possível se aqueles que mais ardentemente a desejam não estiverem atentos aos perigos que oferece a sua vulnerabilidade e não dispuserem dos meios indispensáveis à sua defesa.

Não é construtor de paz aquele que se deixa aniquilar, mas o que, dispondo de forças necessárias à sua própria preservação, jamais tomará a iniciativa do ataque.

O capitulacionismo das democracias europeias face a Hitler e a sua impotência diante do pacto germano-soviético constituíram a mais eloquente demonstração (e também aquela de consequências mais trágicas) de uma falsa noção de paz e de uma falsa noção de defesa.

Que se não possa dizer das actuais e das futuras gerações — sob o pretexto de um comodístico pacifismo, encobridor de um real alheamento — que nada aprenderam com tão dramático exemplo.

Se é certo que o pacifismo comporta da sua essência uma grande generosidade de intenções, nem sempre aqueles que dele se reclamam conseguem libertar-se dos preconceitos que os impedem de ser tantas vezes verdadeiros construtores da paz.

Esta não se consegue na debilidade mas também se não conquista pela agressão.

A juventude cabe saber discernir e distinguir de entre «estes pacifismos», aquele que lhe permitirá lutar por um equilíbrio de facto neste mundo conturbado e instável que conhecemos.

Compete, pois, aos actuais dirigentes criar e fomentar o ambiente propício para a cativação desta juventude desencontrada e alheada.

Nunca o aforismo de que a árvore esconde por vezes a floresta foi tão demonstrado como nos nossos dias: o modelo económico atrás descrito, constitui a causa determinante quer da falta de empenhamento de toda a juventude na participação cívico-política desejável, quer da ausência de um ideal a alcançar a médio e a longo prazo, único catalisador possível de um estrato considerável da população, que é a juventude.

A par dos ideais generosos que integram o pacifismo existem outros que, presentes em espíritos pouco saudáveis continuam a pensar que uma voz activa na cena política internacional só se alcança através da execução de uma política agressiva.

A experiência dos anos 30 e 40 ensina-nos, porém, que não é essa a via que mais convém à Europa a fim de assumir o papel que lhe cabe no concerto das nações.

Seremos ainda capazes de delinear um projecto mobilizador da consciência europeia que reconduza o «Velho Continente» à posição autónoma que a História lhe impõe?

De todas estas verificações, deveremos tirar a ideia de que a união da Europa e o novo modelo político-económico que lhe está subjacente ficará obrigatoriamente subordinada ao delinear de uma nova estratégia. A sua realização nesta era de evolução obriga às mesmas adaptações que foram impostas à estratégia militar quando se passou da guerra de posição à guerra de movimento.

III

EUROPA: UM NOVO PAPEL NUM NOVO MUNDO

A Europa, aquilo que ultimamente chamamos Europa, mais não é que uma sua parcela. Dividida entre o Ocidente e o Leste, a realidade europeia reflecte-se num bipolarismo constante nos planos ideológico e geográfico.

No Ocidente, sofre os efeitos de uma divisão interna entre as opiniões favoráveis aos Estados Unidos, as que estão ligadas à União Soviética e as que permanecem ligadas às ultrapassadas teses de uma arreigada soberania nacional. A Leste, conhece a organização de modelo soviético, a qual, cada vez mais, sente a influência dos estados livres que lhe são vizinhos.

Esta Europa, dividida em função de dois estranhos, perdendo-se nos seus problemas económicos, alcança um estado de cegueira preocupante.

Limitando os seus esforços de união ao sector económico (lembremo-nos do fracasso que foi a CED), querendo ocupar-se apenas da expansão de mercados e do «bem-estar» geral, está a perder um ideal, a correr o risco de esvaziar uma personalidade.

Como vimos, a economia tornou-se para a Europa uma espécie de refúgio cómodo de quem não quer assumir a sua responsabilidade política. Demonstrado está que a economia não chega para criar um mundo; para assumirmos a nossa posição não basta sermos prósperos.

Ao entrarmos numa época em que o mundo assume uma dimensão planetária, a situação da Europa é a de uma colectividade em perda de velocidade, agravada pela carência de ambições.

Aquela que outrora constituiu o fermento da civilização ocidental está, neste momento, reduzida a definir-se e a orientar-se em função desses estranhos à sua realidade geográfico-cultural que são os Estados Unidos e a União Soviética. Ora importando o modelo económico americano, ora invejando o poder militar soviético, a Europa não está a saber seguir-se a si própria.

Neste mundo que a velocidade, a facilidade e o alcance dos modernos sistemas de comunicações e transportes tornaram pequeno; neste espaço de âmbito planetário, sobrevive hoje uma colectividade de Estados assente num equilíbrio instável de uma política de blocos — de homogeneidade diferente, é certo, mas aglutinados em torno de centros catalisadores.

Tendo como teatro de operações o espaço europeu, os dois grandes debatem-se e dialogam em função deste, «conferindo» à Europa um papel de impávido assistente que ela assume com uma inacreditável cumplicidade.

De Yalta a Helsínquia, a Europa vê-se no centro dos debates sem poder de decisão. Para discutir o seu espaço, delinear as suas fronteiras, estabelecer regras de vivência a si circunscritas, a Europa «passa procuração» aos dois vizinhos assumindo o papel do ascendente interdito a quem não são reconhecidas faculdades.

Para ultrapassar este bipolarismo negativo que assenta unicamente na repartição de influências e em reflexos comuns de prudência, compete à Europa descobrir uma via que não constitua nem uma rivalidade suplementar, nem uma aliança de carácter íntimo com a nação do além-Atlântico.

Ambas estas formas contribuiriam para o «stress» do já instável sistema de equilíbrio mundial. A primeira porque constituiria mais um vértice da actual repartição de influências, facto dificilmente assimilável de forma pacífica pelos outros dois. A segunda, porque constituiria um conjunto considerável que apareceria ao mundo como uma ameaça de hegemonia, para além de consumir a divisão da Europa em duas partes de forma irreversível.

Tendo consciência das dimensões planetárias deste século e conhecendo a época em que o avião e os satélites revolucionaram a geografia, é em função desse facto que devemos construir a nova Europa.

Esta, devido quer à sua História, quer aos seus sofrimentos, quer ao seu potencial humano, tem o gérmen das formas do futuro, gérmen que urge fecundar.

Neste mundo agora «reduzido», cuja massa humana sucumbe diante do desenvolvimento científico e tecnológico, diante de um falso progresso, é a Europa que irá descobrir o modelo sócio-político que, simultaneamente, seja adequado às dimensões do século e possibilite o desenvolvimento de um novo tipo de relações sociais que considerem completamente a evolução das técnicas com as exigências de uma vivência humana. Ou seja a realização plena de um certo conceito de homem, caro ao pensamento europeu e ao seu passado e presente histórico-civilizacional.

É, pois, necessário repensar a Europa no seu novo contexto.

O pensamento europeu e todas as iniciativas que comporta, dever-se-á inscrever no espaço físico actual, tomando em linha de conta a sua evolução.

Humanizar o «nosso» modelo económico e relançar a «nossa» sociedade para um outro tipo que ultrapasse as insuficiências do Estado-Nação constituem os objectivos a prosseguir.

Tal projecto só é realizável se o integrarmos numa estrutura federalista que constituirá a nossa aposta para o futuro. Somente estas podem transformar os vectores técnico-materiais que possibilitaram a aproximação física entre os homens, em laços afectivos, espirituais e políticos duradouros.

Criar e desenvolver a fórmula de como ser grande para ser forte mantendo-se simultaneamente pequeno para poder ser livre, constitui o traço

fundamental do projecto federalista de que a Europa carece e que só ela pode conseguir.

A interdependência do aproveitamento dos escassos recursos disponíveis e a interdisciplinaridade dos conhecimentos científicos e tecnológicos que o mundo conhece, tendem, de forma acelerada, a acentuar o regionalismo, ou mesmo o universalismo, em prejuízo do Estado-Nação dos nossos dias. Este, fórmula ultrapassada e insuficiente para fazer frente aos desafios da era em que vivemos.

A ascensão da interdependência deverá servir de factor impulsionador da compreensão mútua dos diversos intervenientes da cena política mundial, o que supõe uma vontade política perfeitamente apoiada e alicerçada. Será neste ponto que caberá à Europa intervir com a sua nova força — o seu novo projecto.

Recorrendo a um novo modelo de sociedade que se reflectirá num novo tipo de relações entre estados, ela pode, não só dar solução ao seu próprio problema, como sugerir, servindo de exemplo, uma orientação possível a todos os povos que pretendam associar-se.

Aos cépticos, os construtores da nova Europa deverão apontar o facto de que a utopia, ao contrário do que poderão supor, não reside na questão de acreditar e defender uma Europa federal — que é uma aposta única no tempo presente e futuro —, mas em crer na possibilidade de uma coesão política, social e cultural dentro e nos moldes de estruturas ultrapassadas pela evolução e exigências do espaço mundial.

O modelo federal é, pois, o único concebível.

Ele é o único que possibilitará à Europa fazer pleno uso de todo o seu criativo potencial humano e técnico — sua principal riqueza —, a fim de se assumir de forma própria e caracterizada no seio do contexto internacional.

A conciliação das exigências da vida colectiva, da liberdade individual e dos agrupamentos sociais na sua diversidade, só se realiza numa estrutura federal; estrutura que, actualmente, na era da técnica e da cibernética, é possível de ser facilmente participada por todos.

Na actual era planetária existe um duplo dinamismo cujos vectores tornaram obsoletas as velhas estruturas nacionais.

Por um lado, a existência e necessidade de novas tarefas de dimensão e projecção consideráveis que pedem meios continentais. Por outro lado, as exigências do «habitat», de uma vivência humana, da formação de espí-

ritos livres e do exercício e activa comparticipação nos deveres cívicos, somente possíveis em pequenas comunidades que correspondam às diversidades de cada região.

Ora, só uma estrutura federalista oferece a solução que respeita estes dois termos antinómicos, compondo-os de tal maneira a fim de que a resultante das suas forças seja positiva.

Unicamente através dela a Europa poderá ter, a par de uma dimensão certa, necessária a uma influente e forte projecção no contexto internacional, a riqueza de uma diversidade interna tão facetada quanto necessário para manter e reforçar a possibilidade de participação afectiva, intelectual e política dos seus cidadãos, de uma forma que os torne parceiros activos não standardizados.

É, pois, este o projecto de que a Europa carece para dar continuidade e razão de ser a todo um passado histórico-civilizacional que não pode morrer por causas imputadas à inércia das actuais gerações.

É neste facto e na consciência desta nossa realidade que devemos encontrar a força constituinte do elo aglutinador que perdemos há séculos.

É para este projecto que devemos mobilizar o sangue novo deste nosso «Velho Continente», esta juventude, tantas vezes alheada, que aceita cada vez menos sujeitar-se às disciplinas colectivas impostas pelo quadro nacional em nome de princípios em que já não acredita; que já não sente.

Convém interessar a juventude na Europa; não por esta constituir uma garantia de um determinado desafio económico que acabou por revoltar e adormecer aquela, mas porque é a condição do desenvolvimento de um ideal que ultrapassa o falso bem-estar que a corrompe e ainda porque lhe oferece uma oportunidade de mobilização em torno de um projecto de solidariedade transpessoal.

Cabe à juventude aceitar e ultrapassar o desafio que lhe é oferecido pela Europa que actualmente conhecemos.

Jorge Bleck

Carlos Botelho Moniz

[membros da JUVENTUDE PARA A UNIÃO EUROPEIA (JUEP)
Secção portuguesa da JEUNESSE EUROPÉENNE FÉDÉRALISTE]